

A PERCEPÇÃO DO ESQUECIMENTO: UMA ANÁLISE SOBRE AS PERSPECTIVAS DE PAUL RICOEUR SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ESQUECIMENTO E MEMÓRIA E SUA RELAÇÃO COM OS ESTUDOS DE RELIGIÃO

Elton Vinicius Sadao Tada¹

Resumo

Tomando por base as perspectivas de Paul Ricoeur no livro “A memória, a história e o esquecimento”, o presente artigo tem por objetivo fazer uma análise sobre a relação entre esquecimento e memória e sua relação com os estudos de religião. Sendo assim, partindo dos problemas do esquecimento serão analisadas as particularidades da memória, fazendo algumas aplicações experimentais no âmbito do estudo de religiões. E para melhor aplicação dos termos esquecimento e memória no âmbito da religião o presente artigo realiza ainda uma análise sobre a narrativa da parábola do Filho Pródigo. Finalizando, conclui-se a importância da interdisciplinaridade dentro dos estudos de religião, elevando a temática da religião em diálogo com as produções científicas mais vastas do mundo acadêmico contemporâneo.

Palavras-chave: Esquecimento. Memória. História. Religião. Filho Pródigo.

1 INTRODUÇÃO

O livro de Paul Ricoeur “A memória, a história e o esquecimento” é uma bomba de erudição para seus leitores. É fácil se perder nas diversas citações e relações feitas no decorrer de suas vastas páginas. Para a geração atual é um privilégio contar com uma obra como essa, que põe em diálogo o pensamento platônico com diversas filosofias, como as de Husserl e Bergson. Essa obra pode ser lida como três obras em uma. Na primeira se enquadra os pressupostos de uma fenomenologia da memória. Na segunda uma epistemologia da história. Em terceiro lugar temos uma aguda reflexão sobre o esquecimento. Se fossem três livros, todos

¹ Doutorando em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo, mestre em Ciências da Religião pela mesma instituição, especialista em Docência no Ensino Superior pelo Centro de Ensino Superior de Maringá e graduado em Teologia pela mesma instituição. Bolsista da CAPES.

poderiam contar com o mesmo epílogo: “o perdão difícil”. Entretanto, além desses três possíveis livros dentro de um só, é possível fazer uma leitura de um quarto livro, tendo como título e chave o esquecimento. É no momento que escreve sobre o esquecimento que Ricoeur traz à tona todas as questões centrais do livro. Portanto, ao invés da memória, o esquecimento poderia ser a chave de leitura – ou pode ser, no presente – da obra em discussão.

É nesse sentido que o presente trabalho se desenvolverá. A partir dos problemas do esquecimento serão analisadas as particularidades da memória e astutamente serão feitas algumas aplicações experimentais no âmbito do estudo de religiões.

2 COMO ESQUECER?

O esquecimento será a chave proposta para o empreendimento aqui feito. Primeiramente é necessário deixar de lado as opiniões do senso comum sobre o esquecimento e partir para uma análise que se faz em caráter específico, levando em conta a proposta de Paul Ricoeur sobre o esquecimento, que está intimamente ligada a uma proposta de fenomenologia da memória.

O esquecimento seria em primeira análise uma derrota. Seria o perder de algo que poderia ser lembrado por ter sido, em algum momento específico, conhecido. Esse temor em relação ao esquecimento pode gerar um problema existencial não fosse a possibilidade de eventualmente trazer à realidade imagética, coisas ou fatos que outrora navegaram pelas águas do esquecimento:

De um lado, o esquecimento nos amedronta. Não estamos condenados a esquecer tudo? De outro, saudamos com uma pequena felicidade o retorno de um fragmento do passado arrancado, como se diz, ao esquecimento. As duas leituras prosseguem no decorrer de nossa vida – com a permissão do cérebro (RICOEUR, 2010, p. 427).

De fato, não podemos saber o que está no âmbito do esquecimento, pois se soubéssemos não teríamos o esquecimento, mas sim a consciência constante de tudo quanto temos experimentado. Não fosse pelo efeito dialógico do esquecimento versus lembrança o vir-a-ser no âmbito da memória seria neutralizado por uma espécie de memória plena.

Partindo do pressuposto que não há uma memória plena no ser humano, a construção real da memória é derivada da potencialidade do esquecimento. O esquecimento momentâneo de algo é o mecanismo que torna possível a rememoração, ou seja, o ato de trazer à tona a lembrança.

De início e maciçamente, é como dano a confiabilidade da memória que o esquecimento é sentido. Dano, fraqueza, lacuna. Sob esse aspecto, a própria memória se define, pelo menos numa primeira instância, como luta contra o esquecimento (RICOEUR, 2010, p. 424).

No frenesi da luta constante entre memória e esquecimento pode-se construir a possibilidade de formar imagens de eventos passados bem como de guardar eventos presentes para utilização futura:

É essa hipótese da preservação por si, constitutiva da própria duração, que tentarei estender a outros fenômenos de latência, até o ponto em que essa latência possa ser considerada como uma figura positiva do esquecimento que denomino esquecimento de reserva. Efetivamente, é a esse tesouro do esquecimento que recorro quando tenho o prazer de me lembrar do que, certa vez, vi, ouvi, experimentei, aprendi, adquiri (RICOEUR, 2010, p. 427).

É a polaridade do ter ou não ter consciência de algo a ser rememorado que se torna positiva a ideia de esquecimento proposta na presente análise.

Agora cabe a questão sobre o funcionamento cerebral da memória e do esquecimento. O que se sabe muito bem sobre esse assunto é que ainda há muito a ser conhecido. O desconhecimento sobre o funcionamento cerebral não é apenas uma preocupação relativa ao esquecimento, mas sim da totalidade dos caminhos funcionais desse órgão. As estruturas do funcionamento cerebral já estão de certo modo mapeadas e é com essa base que podemos dizer algo sobre a relação entre o conhecimento fenomenológico e fisiológico do esquecimento.

Ricoeur aponta que:

Desde o comentário dos textos de Platão e Aristóteles, fundamentados na metáfora da impressão na cera, propus distinguir três espécies de rastros: o rastro escrito, que se tornou, no plano da operação historiográfica, rastro documental; o rastro psíquico, que é preferível chamar de impressão, no sentido da afecção, deixada em nós por um acontecimento marcante ou, como de diz, chocante; enfim, o rastro cerebral, cortical, tratado pelas neurociências (RICOEUR, 2010, p. 425).

O rastro documental não é uma preocupação grande da presente análise. Mas o rastro psíquico/cerebral é uma questão valiosa. Como já fora dito, não se tem consciência de tudo o que está esquecido para que seja em algum momento rememorado. Isso seria incongruente. Tem-se sim a noção de que o que está no âmbito das possibilidades de esquecimento e rememoração são aquelas coisas que de alguma forma marcaram o ser humano em sua experiência existencial.

Essas marcas experimentadas são rastros os quais podem ser neurologicamente vistos, mas que só trazem de fato à lembrança o fato que os marcou por via de processos psíquicos.

Resta decifrar os hieróglifos, como quando se lê a idade da árvore, contando-se os círculos concêntricos desenhados no corte do tronco. Em resumo, para pensar o rastro, é preciso pensá-lo, simultaneamente, como efeito presente e signo de sua causa ausente. Ora, no rastro material não há alteridade, não há ausência. Nele, tudo é positividade e presença (RICOEUR, 2010, p. 434).

Como se pode saber ao cortar uma árvore o número de ciclos pelos quais ela passou, assim também pode-se ler neurologicamente os rastros corticais da memória. Entretanto, ver a marca dos ciclos passados pela árvore a partir do corte nela feito não nos permite compreender exatamente o que se passou durante a formação de cada uma daquelas marcas. Ou seja, há o rastro correto de que algo ali aconteceu, mas não se sabe exatamente o que. O córtex é como essa árvore. No cérebro ficam as marcas positivas e presentes daquilo que algum dia aconteceu ali. Mas esses rastros não carregam em si o conteúdo dos fatos acontecidos. “De fato, o esquecimento continua a ser a inquietante ameaça que se delineia no plano de fundo da fenomenologia da memória e da epistemologia da história” (RICOEUR, 2010, p. 423).

A experiência-chave, como acabamos de dizer, é a do reconhecimento. Falo dele como de um pequeno milagre. De fato, é no momento do reconhecimento que se considera a imagem presente como fiel à afecção primeira, ao choque do acontecimento. Onde as neurociências falam simplesmente de reativação dos rastros, o fenomenólogo, deixando-se instruir pela experiência viva, falará de uma persistência da impressão originária (RICOEUR, 2010, p. 426).

3 OS PERIGOS DO ESQUECIMENTO NA RELIGIÃO

A religião bem como os atos religiosos em geral tem uma seria ligação com a questão ambivalente da memória e do esquecimento. Algumas religiões assim como o cristianismo se utilizam de livros sagrados que possuem narrativas de experiências religiosas de determinados povos e pessoas em determinadas épocas. No cristianismo em particular sabe-se que a tradição do pensamento cristão se desenvolveu a partir da leitura, interpretação e tentativa de resguardar determinadas memórias. O arquivo textual não é exatamente ponto no qual se quer tocar na presente análise. Aos derredores desse arquivo existem diversas cadeias de memória e esquecimento as quais muitas vezes e por motivos variados não são tratadas com a atenção necessária.

Permanecendo no âmbito do cristianismo sabemos que a Bíblia, o livro sagrado que é considerado o arquivo central da história do pensamento cristão, constitui-se da escrita de tradições orais antiquíssimas interpretadas por comunidades judaicas e por narrativas de judeus convertidos ao pensamento messiânico cristão dos primeiros séculos de nossa era, portanto, sabemos que essas escrituras são o ponto de conexão entre memórias e esquecimentos do judaísmo pré-cristão e do cristianismo primitivo com esquecimentos e memórias da tradição cristã de leitura e interpretação das mesmas.

Essa conexão mostra a amplitude da problemática que se lida quando se leva em conta a questão do esquecimento e da memória em relação à religião. Existem muitos dados que poderiam servir de exemplo para a presente argumentação, entretanto continuemos na tentativa fenomênica de entender como se dão as estruturas de tal evento.

Pode-se imaginar o quanto o pensamento cristão foi esquecido nas interpretações bíblicas da patrística, escolástica, e em toda a tradição do pensamento cristão. Quando vemos a vasta obra de Aurélio Agostinho, Santo Agostinho de Hipona, temos a sensação de completude, de que tudo que deveria ser dito naquele momento foi de alguma forma tratado pelo santo padre. Toda essa obra é fruto da leitura, interpretação e experiência cristã de Agostinho, mas não sabemos exatamente até que ponto a memória pode ajudar o bispo erudito e até que ponto o esquecimento reinou em sua silenciosa presença. Se multiplicarmos

essas variáveis pela imensa quantidade de pensadores e religiosos cristãos que constituem as bases conhecidas ou não de nossa religião cristã atual veremos que a potencialidade do esquecimento é tão ampla quanto a captura da imagem religiosa rememorada.

Políticas de memória podem ter sido feitas e podem estar sendo feitas na prática da fé cristã. Isso inclui diversos âmbitos da religiosidade, desde a leitura do texto considerado sagrado até a pregação das ditas boas novas do evangelho.

Para exemplificarmos como o esquecimento está presente mesmo nas grandes obras da história do pensamento cristão podemos citar o argumento único a cerca da existência de Deus de Anselmo de Cantuária. Pensar a existência de Deus certamente foi importante tanto para a comunidade cristã da época de Anselmo como para diversas outras comunidades posteriores.

Entretanto, analisando a estrutura da argumentação anselmiana vê-se com facilidade que o argumento do santo está mais preocupado em respeitar as leis da lógica linear grega do que em ensinar princípios regimentares da vida cristã. O pior é que segundo a interpretação tillichiana² o monólogo anselmiano não chega nem mesmo a se configurar como um argumento válido. Já por outro lado Karl Barth³ se empenhou em estudar profundamente a obra de Anselmo nunca deixando de pontuar a importância da fé precedente à inteligência. Nesse sentido temos um exemplo na história da teologia protestante do século XX de como as perspectivas podem ser alteradas estando sobre o prisma da memória ou do esquecimento. Enquanto Barth tentou traçar todas as linhas positivas em relação ao pensamento anselmiano, Tillich percebeu a presença do esquecimento na obra do filósofo cristão medieval.

A percepção de que o esquecimento é parte da vida religiosa é um importante passo rumo ao entendimento da própria relação do ser humano com sua religiosidade. Levando em conta que a memória só é presente quando está trazendo alguma imagem passada à mente, logo percebe-se que o ser religioso é um indivíduo que age a partir da constante rememoração de determinados fatos ou ensinamentos, mas que nem sempre possui a devida consciência da potencialidade

² Sobre esse assunto pode-se encontrar a opinião na palestra de número vinte e dois de sua coletânea chamada de História do pensamento cristão. TILLICH, P. A history of Christian thought. Cambridge, 1956.

³ Em geral, a obra de Karl Barth retoma o pensamento anselmiano. Em particular pode-se citar o livro trazido ao português "fé em busca de compreensão".

de esquecimento que possui em sua condição humana tato a existencial quanto fisiológica.

4 O FILHO PRÓDIGO

Com intenção de fazer uma breve aplicação do que temos dito sobre esquecimento e memória no âmbito da religião e da literatura sagrada iniciamos aqui uma análise sobre a narrativa do filho pródigo. Para os fins desejados não se faz necessário uma análise exegética profunda, pelo contrário far-se-á apenas apontamentos acerca das questões que nos interessam sobre a dita parábola.

A parábola do filho pródigo é uma narrativa muito conhecida entre os cristãos e tem sido objeto de análise de teólogos ao longo dos tempos. Na presente análise seria possível o estudo sobre o esquecimento e a memória a partir da recepção religiosa da narrativa, ou seja, sobre o impacto que a narrativa causa no cristão que a lê ou que de alguma forma chega a conhecê-la. Entretanto, adotamos aqui o posicionamento de fazer um estudo sobre a memória e o esquecimento dentro da própria narrativa, especialmente sobre o esquecimento e a rememoração do próprio filho pródigo.

A narrativa nos mostra a história de um pai com dois filhos dos quais um deles resolve deixar a casa de seu pai requerendo para tal intento o adiantamento da parte da herança que lhe cabia. Após diversas jornadas longe da casa de seu pai esse mesmo filho se vê sem recursos financeiros e sem a quem pedir socorro. Durante todo esse período em que o filho sai da casa do pai toma sua parte da herança e a gasta nada foi dito sobre como era o estilo de vida dos empregados de seu pai. Esses empregados não são nomeados na narrativa nem descritos de forma particular, eles só aparecem em cena quando o filho pródigo afirma que até os empregados de seu pai possuíam uma condição de vida melhor do que aquela infortuna na qual ele se encontrava comendo lavagem junto aos porcos no chiqueiro de alguém. Aqui podemos notar que havia um conhecimento do filho pródigo em relação à condição de vida dos empregados de seu pai. Entretanto, esse conhecimento permanece esquecido até o momento da rememoração que é também a base para uma reflexão existencial sobre a própria condição do personagem em questão.

O esquecimento da condição de vida dos empregados é de certa forma uma das condições para que o filho pródigo possa empreender sua odisséia às avessas. Se em algum momento anterior a imagem dos empregados bem como de suas condições fossem rememoradas filho pródigo não teria deixado com que sua vida chegasse ao nível de miséria tanto financeiro quanto existencial a qual chegou.

A lembrança da casa de seu pai bem como das vidas dos funcionários de seu pai faz com que o filho pródigo tome um novo caminho em sua jornada. Esse caminho não coincidentemente é o caminho para trás. É interessante notar que a ideia central que rege o retorno do filho pródigo não é ideia de quem ele tinha sido, mas sim de quem ele poderia ser baseando-se na imagem por muito tempo esquecida dos funcionários de seu pai. Tanto é que seu pedido ao seu pai não é para que ele o reconheça como seu filho novamente, mas para que ele tenha espaço entre seus empregados. A continuação da história é conhecida. O pai não apenas o reconhece como filho como o faz uma grande festa para comemorar o retorno do mesmo. Ele é perdoado. Nas palavras de Paulo Leminski:

Seja como for, a chamada parábola do filho prodigo é a unidade ficcional mais rica e mais redonda, mais ampla e mais realizada de todo o novo testamento. A inspiração artística que a conduz faz com que transcenda qualquer finalidade doutrinária mais imediata. A afirma como objeto artístico autônomo, para figurar com brilho em qualquer antologia da narrativa mundial (LEMINSKI, 2003, p. 112).

O brilho que Paulo Leminski aponta haver na narrativa do filho pródigo tem como desencadeamento central a polaridade entre esquecimento e rememoração. Certamente essa ação dialética pode ser encontrada em muitos outros textos da Bíblia cristã. Entretanto, somente quando se leva em conta a importância do momento do esquecimento bem como de sua rememoração é que se pode garantir uma leitura bem estruturada do texto proposto. Caso contrário o texto seria visto apenas em termos positivos, deixando de lado toda a riqueza da negatividade daquilo que deixa de ser dito por conta do esquecimento necessário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resta-nos agora fazer algumas considerações finais para que o sentido completo do texto que aqui se apresenta seja compreendido. Em primeiro lugar há

de se entender que o ser humano em sua busca por compreender os fenômenos religiosos muitas vezes deixa de olhar para sua condição humana e não compreende que existem aspectos fisiológicos que compreendem sua ação no âmbito da memória, do esquecimento, da rememoração, e da construção da narrativa histórica.

Uma vez compreendido tal ponto deve-se então atentar para a voz calada contida na história e nos documentos religiosos, que permitem não apenas especulação, mas também construção válida de conhecimento sobre caracteres específicos dos mais diversos âmbitos da pesquisa e dos estudos em religião.

Por último e não menos importante, mostra-se aqui como interdisciplinaridade é absolutamente necessária para a perspectiva acadêmica dos estudos de religião. Se em diversos momentos o cartesianismo da academia moderna tem podado as ações de pesquisadores e considerado o âmbito hermenêutico dos estudos de religião menos importantes do que qualquer outra ciência que tome como pressuposto a experiência empírica viabilizada por testes de comprovação, há agora a possibilidade de uma fenomenologia do evento e da narrativa religiosa que elevam o potencial da pesquisa na temática da religião, bem como a põe em diálogo com as produções científicas mais vastas do mundo acadêmico contemporâneo.

THE PERCEPTION OF OBLIVION: AN ANALYSIS FROM PAUL RICOEUR'S PERSPECTIVE ABOUT THE RELATIONSHIP BETWEEN OBLIVION AND MEMORY AND ITS APPROXIMATION WITH THE RELIGION STUDIES

Abstract

Based on the perspectives of Paul Ricoeur in his book "Memory, History and Oblivion" this paper wants to analyze the relationship between memory and oblivion and their relation to religious studies. Starting from the problems of oblivion we will analyze the peculiarities of memory, making some experimental applications in the study of religions and for better enforcement of the terms oblivion and memory within the religion this article also conducts an analysis on the narrative of the parable of the Prodigal Son. Finally, we conclude the importance of interdisciplinary studies within the religion, raising the issue of religion in dialogue with the wider scientific productions of contemporary academic studies.

Keyword: Oblivion. Memory. History. Religion. Prodigal Son.

REFERÊNCIAS

- BARTH, K. **Fé em busca de compreensão**. São Paulo: Fonte editorial, 2003.
- LEMINSKI, P. **Jesus a.C.** São Paulo: Brasiliense, 2003.
- MARTINES, P. **O 'argumento único' do prologion**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1997.
- RICOEUR, P. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2010.
- SEARLE, John R. **Liberdade e neurobiologia**. São Paulo: Unesp, 2007.
- TILLICH, P. **A history of Christian thought**. 2. ed. Cambridge: Peter Jhon Press, 1956.